

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Casa de Caridade Dom Orione
Araguaína - Tocantins

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Casa de Caridade Dom Orione, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa de Caridade Dom Orione em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalvas

Contas a receber - Sistema Único de Saúde

Conforme descrito na nota explicativa 4, a Entidade possui registrado na rubrica de “Convênios SUS” o montante de R\$8.473 mil com o Sistema Único de Saúde em 31 de dezembro de 2016, pendentes de recebimento. Devido à natureza desses créditos, riscos que envolvem a sua realização e a ausência de mensuração do valor justo na data base de 31 de dezembro de 2016, não nos foi possível concluir sobre a realização destes créditos, bem como seus reflexos no resultado do exercício corrente e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016.

Controle físico do ativo imobilizado

A Entidade está em processo de levantamento do controle físico do ativo imobilizado (exceto terrenos) para subsidiar a análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõem nas respectivas rubricas do imobilizado. Em decorrência desse processo de implementação dos controles, a Entidade não adotou a revisão da vida útil do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 e pela interpretação Técnica ICPC 10, portanto, a Entidade decidiu continuar depreciando o saldo do ativo imobilizado utilizando as taxas permitidas pela legislação tributária. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e despesa de depreciação, nos montantes de R\$12.299 mil e R\$1.652 mil, respectivamente, bem como seus respectivos reflexos tributários advindos desse tema em 31 de dezembro de 2016.

Contingências

Conforme descrito na Nota Explicativa n. 10, a Administração da Entidade encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências passivas, visando a dar conformidade ao estabelecido no Pronunciamento Técnico - CPC 25. Em função do atual estágio deste processo, não é possível concluir sobre a adequação das provisões para contingências em 31 de dezembro de 2016, e seus possíveis efeitos no resultado.

Indeferimento do CEBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 17, a Entidade teve indeferido seu pedido de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência - CEBAS. A Administração já protocolou o recurso quanto a indeferimento que até o encerramento de nossos trabalhos o assunto continuava em andamento. Em função do atual estágio, não é possível determinar o desfecho e a perspectiva de renovação do certificado e seus benefícios, bem como determinar seus possíveis efeitos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 17 de março de 2017



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 GO 001837/F-4


Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3


Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0

Casa de Caridade Dom Orione

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2016	2015		Nota explicativa	2016	2015
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	89.523	251.644	Fornecedores	8	8.431.200	7.587.894
Aplicações financeiras restritas	3	1.703.147	718.340	Empréstimos, financiamentos e encargos	7	4.286.958	1.107.531
Contas a receber	4	18.780.833	15.382.947	Obrigações trabalhistas	9	3.374.248	2.988.885
Estoques	5	1.471.537	3.928.550	Tributos e contribuições sociais		218.954	195.010
Contas de Adiantamento		239.042	159.691	Convenios a Prestar contas	11	2.620.530	1.017.737
Despesas pagas antecipadamente		45.502	43.484	Compromissos contratuais e parcelamento	12	336.417	1.808.031
				Outras contas a pagar		448	4.444
				Total do passivo circulante		19.268.756	14.709.531
Total do ativo circulante		22.329.585	20.484.656	Não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos, financiamentos e encargos L	7	645.988	1.343.163
Investimentos		20.850	20.850	Compromissos contratuais e parcelamento	12	1.086.151	1.407.652
Imobilizado	6	12.299.575	11.962.209	Passivo fiscal	12	208.384	221.941
Intangível		45.190	68.498	Provisões	10	1.517.700	1.084.525
				Total do passivo não circulante		3.458.222	4.057.281
Total do ativo não circulante		12.365.615	12.051.557	Patrimônio Social			
				Patrimônio social		12.208.050	10.839.568
				Superavit/ (Déficit) do exercício		(239.828)	2.929.832
				Total do patrimônio social	13	11.968.221	13.769.400
Total do ativo		34.695.200	32.536.212	Total do passivo e do patrimônio líquido		34.695.200	32.536.212

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receitas Operacionais	16	65.299.900	64.000.947
Receitas de subvenções	16	6.893.957	7.692.146
Doações - líquido	16	642.308	23.528
(-) Deduções	16	(4.699.326)	(1.082.091)
(=) Receita líquida		68.136.840	70.634.530
(-) Custos dos Serviços Prestados	14	(60.274.099)	(60.912.579)
(=) Superávit bruto		7.862.741	9.721.951
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(7.587.251)	(7.021.957)
Despesa com Pessoal		(165.189)	(251.309)
Outras receitas (despesas) operacionais		460.096	674.454
		(7.292.345)	(6.598.812)
Despesas financeiras		(956.915)	(701.301)
Receitas financeiras		146.690	507.994
		(810.225)	(193.307)
(=) Superavit/(Déficit) do exercício		(239.828)	2.929.832

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.839.568	10.839.568
Superavit/(Déficit) do exercício	2.929.832	2.929.832
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>13.769.400</u>	<u>13.769.400</u>
Superávit/(Déficit) do exercício	(239.828)	(239.828)
Cisão Parcial	(1.561.350)	(1.561.350)
Saldos em 31 de Dezembro 2016	<u><u>11.968.222</u></u>	<u><u>11.968.222</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Superávit/(Déficit) do exercício	(239.828)	2.929.832
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(239.828)</u>	<u>2.929.832</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
(=) Superavit/(Déficit) do exercício	(239.828)	2.929.832
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisão para contingências	433.175	1.054.775
Baixa de Investimentos, Ativo Imobilizados e Intangível	502.929	39.757
Depreciação e amortização	1.652.066	1.555.170
	<u>2.348.341</u>	<u>5.579.534</u>
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/Contas a receber	(3.397.887)	(4.357.327)
(Aumento)/Diminuição nos estoques	2.457.013	(770.941)
(Aumento)/Adiantamentos	(81.369)	1.141.815
Aumento / (diminuição) em Fornecedores	843.306	1.772.800
Aumento/ (diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	409.308	306.308
Aumento / (diminuição) em Convênios	1.602.793	103.764
Aumento / (diminuição) em Compromissos Contratuais	(1.793.115)	844.913
Aumento / (diminuição) em Outras Contas a Pagar	(3.996)	(2.715)
Aumento / (diminuição) Passivo Fiscal	(13.557)	-
	<u>2.370.839</u>	<u>4.618.151</u>
Caixa líquido das atividades operacionais		
	<u>2.370.839</u>	<u>4.618.151</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.469.054)	(1.176.551)
Cisão parcial de ativos com redução de capital	(1.561.350)	
Aquisição de intangível	-	
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(4.030.404)</u>	<u>(1.176.551)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	2.482.252	(3.550.168)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>2.482.252</u>	<u>(3.550.168)</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa	<u>822.687</u>	<u>(108.568)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	969.984	1.078.552
Caixa e equivalentes de caixa no Final do período	1.792.671	969.984
Aumento/(redução) líquido de caixa	<u>822.687</u>	<u>(108.568)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015
(Em Reais)

Nota Administrativa

Em meio a um cenário econômico desfavorável provocado pela forte crise econômica que atravessa o nosso país, a Casa de Caridade Dom Orione se encontrou afetada diretamente por essa escassez de recursos, acarretando dificuldades em manter em dia o seu fluxo de recebível, por consequência, não houve disponibilidade financeira necessária para o aporte do investimento.

Em virtude desses fatos não foi possível em 2016 realizar a revisão da vida útil do nosso ativo imobilizado, conforme requerido pela Seção 17 do Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 27 e a Interpretação Técnica ICPC 10), porém a entidade se compromete a atender esses requisitos no exercício de 2017 e assim sanar definitivamente com essa pendência.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

1. Informações gerais

A Casa de Caridade Dom Orione, filiada à Pequena Obra da Divina Providência - Dom Orione é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica e de assistência social, com o fim de cumprir os pressupostos e princípios evangélicos vividos e ensinados pelo Padre Luís Orione, com a duração por tempo indeterminado e tem como objetivos: a) manutenção da saúde da pessoa; b) assistência médico-hospitalar, em regime de internação e com serviços ambulatoriais; c) desenvolver atividades educacionais na área da saúde, em estabelecimentos próprios e de terceiros; d) pesquisa para o aperfeiçoamento das atividades de saúde; e) atenção ao idoso, especialmente aos mais necessitados; f) atenção às pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais, dando preferência às atividades terapêuticas e de reabilitação; g) levar a efeito a saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização.

Para o cumprimento das suas finalidades a Casa de Caridade Dom Orione criará e manterá hospitais, escolas, faculdades, asilos, creches e quaisquer outras que venham a contribuir para a melhoria da assistência à comunidade, podendo constituí-las em departamentos, com administração autônoma e atenderá preferencialmente as pessoas mais carentes sem distinção de sexo, idade, credo religioso e político.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucro.

De acordo com o item 4 da ITG 2002 (R1), aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e a própria Interpretação (ITG 2002 - R1). Aplicam-se também a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados pela Interpretação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015
(Em Reais)

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

- a) Provisões para contingências;
- b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa;
- c) Vida útil estimada do ativo imobilizado.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Em 21 de agosto de 2015 o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a ITG 2002 (R1) que altera a ITG 2002 que trata de entidades sem finalidade de lucros.

O documento revisado enfatiza que as receitas e despesas devem ser reconhecidas respeitando-se o Princípio da Competência e introduz as seguintes principais modificações:

- Somente as subvenções concedidas em caráter particular se enquadram na NBC TG 07;
- As imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado;
- O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro;
- As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal (que não devem mais ser evidenciadas nas demonstrações contábeis como se a obrigação fosse devida).

Dessa forma, no presente relatório as renúncias fiscais deixam de ser apresentadas como Subvenções e o exercício anterior está sendo reapresentado para fins de comparabilidade.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, sua moeda de apresentação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Entidade são classificados sob as seguintes categorias: a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit); b) Empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Tal classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit)

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e classificados no ativo circulante. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit) são apresentados na demonstração do superávit (déficit) na rubrica de “receitas financeiras” no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 compreendem principalmente as contas a receber de clientes.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Se o prazo de recebimento for inferior a um ano as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário são apresentadas no ativo não circulante.

2.8. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list" (listagem por idade de vencimento), considerando os itens pendentes desde longa data (superior a 361 dias) e outras perdas avaliadas como prováveis. O montante registrado é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Perdas Diversas" na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

2.9. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização na prestação dos serviços ou perecimento.

Quando necessário, é efetuado ajuste para reconhecimento das perdas com itens obsoletos, medicamentos vencidos sem possibilidade de reutilização, materiais deteriorados e outros.

2.10. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015
(Em Reais)

2.11. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.12. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que o valor recuperável estimado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015
(Em Reais)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

2.15. Provisão para contingências

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.16. Convênios

Referem-se a convênios para custeio de projetos captados por meio de instrumentos específicos.

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica “Convênios” e apropriadas como receita quando da efetiva prestação do serviço ou outra condição acordada.

2.17. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Social está representado pela dotação inicial acrescida ou diminuída do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.18. Apuração do Superávit (déficit)

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo como Princípio da Competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: a) haja evidência da existência de contrato; b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; c) o preço esteja fixado e determinado; e d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando efetivado o recebimento dos recursos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e Bancos conta movimento	89.523	251.644
Aplicações financeiras	1.703.147	718.340
	<u>1.792.671</u>	<u>969.984</u>

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa de cheque	-	20.193
Caixa - cartão de crédito	-	133.710
Caixa central	23.602	20.357
Caixas - diversos	5.686	3.995
Total de Caixa	<u>29.288</u>	<u>178.255</u>
Banco do Brasil	81	28.243
Bradesco	31.417	88
Caixa Econômica Federal	7.094	501
HSBC	-	3.721
Banco da Amazônia	-	112
Unicred	21.643	40.724
Bancos conta Movimento	<u>60.235</u>	<u>73.389</u>
Total de Caixa e Bancos	<u>89.523</u>	<u>251.644</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicação do Convênio Rede Cegonha 38383-8	-	-
Aplicação do Convênio Rede Cegonha 38384-6	-	-
Aplicação Banco do Brasil 86308-4	831.442	-
Aplicação Banco do Brasil CONVENIO 86308-4	501.389	-
Banco do Brasil - CP 50 mil	59.424	5.926
Aplicação Banco do Brasil Time Mania 64860-04	23.708	-
Aplicação caixa econômica	41.473	192.536
Aplicação caixa econômica - 28062	-	-
Aplicação caixa econômica - 28143	-	-
Banco do Brasil - Ourocap	-	4.086
HSBC - Plano de capitalização (Bradesco)	69.622	56.172
Unicred - Plano de capitalização	125.394	83.224
	<u>1.652.452</u>	<u>341.944</u>
Convênio Caixa Econômica Federal	50.696	376.396
Total de aplicações financeiras	<u>1.703.147</u>	<u>718.340</u>

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

4. Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênios (SUS)	8.473.419	6.131.743
Convênios com particulares	9.998.003	9.003.599
Total de convênios a receber	<u>18.471.422</u>	<u>15.135.342</u>
Cheques a receber	65.519	206.759
Cartões de Créditos	190.919	0
Clientes a receber - Fazenda (leite, gado e outros)	192.938	149.213
Aluguéis e outros valores		12.000
Recebimentos a identificar	0	(2.106)
Total de contas a receber de clientes	<u>18.920.798</u>	<u>15.501.208</u>
Perdas estimadas na realização das contas a receber	(139.965)	(118.261)
	<u>18.780.833</u>	<u>15.382.947</u>

Em 2016 a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer é a seguinte:

	<u>2016</u>
A vencer	6.448.529
Serviços em andamento a faturar	1.722.845
Glosas Ativas	734.472
Cheques, Cartões de Crédito e Outros	449.376
Vencidos:	
Até 30 dias	1.270.321
De 31 a 60 dias	1.220.937
De 61 a 90 dias	1.715.764
De 91 a 180 dias	3.368.999
De 181 a 360 dias	1.927.018
Acima de 360 dias	62.537
PECLD	(139.965)
	<u>18.780.833</u>

As perdas estimadas na realização das contas a receber são reconhecidas após análise individualizada dos clientes.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

5. Estoques

Os estoques estão compostos por materiais de uso e consumo hospitalar.

O estoque de materiais hospitalares é avaliado pelo método do custo médio das compras e, quando aplicável, ajustadas ao valor de realização e deduzidas de perdas por deterioração ou obsolescência.

	2016	2015
Materiais hospitalares	1.510.587	2.884.707
(-) Perdas estimadas na realização dos estoques	(39.050)	(52.794)
	<u>1.471.537</u>	<u>2.831.913</u>
Estoque da fazenda	-	1.096.637
Total dos estoques	<u>1.471.537</u>	<u>3.928.550</u>

6. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido		Taxa
			2016	2015	
Terrenos	159.360	-	159.360	159.360	-
Edificações	14.956.793	(8.370.770)	6.586.023	5.725.415	4%
Instalações	735.510	(735.510)	0	0	-
Veículos	386.019	(338.335)	47.684	91.694	20%
Móveis e utensílios	2.162.146	(1.296.347)	865.799	955.399	10%
Equipamentos de informática	3.534.804	(3.361.595)	173.209	173.304	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	0	0	0	142.030	-
Obras em andamento	0	0	0	830.545	-
Tratores e implementos agrícolas	2.100	(1.184)	916	121.737	20%
Máquinas e equipamentos	10.366.147	(5.933.228)	4.432.919	3.525.728	10%
Instrumentos cirúrgicos	68.169	(36.374)	31.795	31.974	10%
Ferramentas	9.782	(7.913)	1.869	1.382	20%
Pastagem e imóveis rurais	0	0	0	198.941	-
Outros	0	0	0	4.700	-
Total	<u>32.380.831</u>	<u>(20.081.256)</u>	<u>12.299.575</u>	<u>11.962.209</u>	

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Cisão	Depreciação	
					Acumulada	31.12.2016
Terrenos	159.360	-	-	-	-	159.360
Edificações	13.534.816	892.826	-	(5.700)	(8.370.770)	6.051.172
Instalações	735.510	-	-	-	(735.510)	-
Veículos	417.771	-	(31.751)	-	(338.335)	47.684
Móveis e utensílios	2.247.233	332.694	(376.860)	(40.920)	(1.296.347)	865.799
Equipamentos de informática	3.540.731	69.113	(74.650)	(389)	(3.361.595)	173.209
Benfeitorias em imóveis de terceiros	142.030	-	-	(142.030)	-	-
Obras em andamento	830.545	552.077	(883.097)	(9.729)	-	489.797
Tratores e implementos agrícolas	258.963	73.817	(11.544)	(319.136)	(1.184)	916
Máquinas e equipamentos	8.781.287	1.747.115	(103.789)	(58.466)	(5.933.228)	4.432.919
Instrumentos cirúrgicos	57.444	11.872	(1.147)	-	(36.374)	31.795
Ferramentas	9.792	1.240	(1.249)	-	(7.913)	1.869
Pastagens e imóveis rurais	231.598	-	-	(186.544)	-	45.054
Outros	4.700	-	-	(4.700)	-	-
Total	30.951.779	3.680.754	(1.484.088)	(767.614)	(20.081.256)	12.299.575

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são captados para utilização como capital de giro e os financiamentos referem-se ao FINAME. As taxas de juros seguem as práticas de mercado e foram oferecidos avais em garantia.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimo BB Giro	54.905	-
Empréstimo Bradesco	24.555	-
Empréstimo Capital de Giro - HSBC	227.167	681.498
Empréstimo FINAME - BNDES	36.667	40.000
Empréstimo - Giro Creditório - HSBC	548.330	548.330
Empréstimo - Unicred - conta garantida	3.475.000	37.000
Empréstimo - HSBC Giro Fácil	-	-
FINAME - Stemac - Banco do Brasil	46.429	46.429
Juros a apropriar	(126.094)	(245.726)
	<u>4.286.959</u>	<u>1.107.531</u>
Empréstimos - FINAME	20.000	47.237
Empréstimos - HSBC	-	227.167
Finame - Stemac	224.405	259.081
Empréstimo de Giro Creditório - HSBC	456.941	1.005.271
Juros a apropriar	(55.359)	(195.593)
	<u>645.987</u>	<u>1.343.163</u>
	<u>4.932.946</u>	<u>2.450.694</u>
Circulante	4.286.958	1.107.531
Não circulante	645.988	1.343.163

8. Fornecedores a pagar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores de produtos hospitalares	7.665.168	6.457.128
Fornecedores de produtos e serviços	440.919	282.521
Serviços profissionais a pagar	325.113	848.245
	<u>8.431.200</u>	<u>7.587.894</u>

9. Obrigações trabalhistas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a pagar	1.190.756,03	1.103.534
FGTS a recolher	204.304,06	147.842
INSS a recolher	135.572,97	116.082
Provisão de férias e encargos	1.770.795,59	1.567.334
Outros	72.820	54.093
	<u>3.374.248</u>	<u>2.988.885</u>

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

10. Provisão para contingências

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. São constituídas provisões para os riscos cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis somente quando estas puderem ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. Considerando posicionamento de seus assessores jurídicos, buscando uma análise mais detalhada dos riscos em cada demanda, a Entidade optou por registrar no exercício de 2016 um complemento de provisão de contingências de R\$ 433.174,75, totalizando uma provisão de R\$1.517.699,75 referente a causas com maior probabilidade de perda. O valor de outras causas com perda possível (embora não provável) é de aproximadamente R\$5.081.799,75. Vale ressaltar que o valor ora provisionado faz mais do que jus aos pagamentos judiciais de 2016 que foram R\$ 157.635,44.

A Administração da Entidade encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências passivas.

11. Convênios

Os recursos são recebidos para custeio de projetos. A aplicação dos recursos vem sendo efetuada de acordo com o previsto e as prestações de contas são efetuadas tempestivamente.

	2016	2015
Convênios com órgãos públicos	2.620.530	961.925
Outros	-	55.812
	<u>2.620.530</u>	<u>1.017.737</u>

12. Compromissos contratuais e parcelamentos

Os parcelamentos e compromissos contratuais da Entidade podem ser demonstrados como segue:

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

Descrição	2016		2015	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Total
Fornecedores	336.417	1.086.151	1.422.568	3.069.849
Multa Ministério do Trabalho	-	208.384	208.384	221.941
Outros	-	-	-	145.834
	<u>336.417</u>	<u>1.294.535</u>	<u>1.630.952</u>	<u>3.437.624</u>

13. Patrimônio social

Conforme o estatuto social, a Entidade aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos sociais, estando impedida de distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas a título de lucros ou participações no Superávit.

Assim, o Superávit ou Déficit em cada exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social ou por ele absorvido. Portanto, o patrimônio líquido é representado pelo patrimônio social inicial da Entidade acrescido dos superávits ou déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição.

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

14. Receitas

	2016	2015
Diárias	4.219.751	3.953.328
Taxas	4.288.196	3.964.921
Materiais e medicamentos	11.053.265	10.984.372
Materiais especiais	4.623.282	4.496.021
Gases medicinais	2.221.982	2.172.528
Exames e diagnósticos	6.228.770	6.581.075
Outras receitas com pacientes	2.731.604	1.487.588
Total de receitas com pacientes	35.366.851	33.639.833
Materiais e medicamentos	0	476.337
Materiais especiais	2.040.021	4.755.960
Exames e diagnósticos	0	1.054.527
Receita complementar - contratualização	12.222.934	8.336.601
Outras receitas de serviços	970.750	-
Total de receitas com pacientes SUS	15.233.704	14.623.425
Incentivos - União Federal	13.585.413	14.778.250
Estágios com instituições de ensino	1.088.932	934.127
Receita cartão saúde	25.000	25.312
Total de receitas com incentivos, estágios e cartão saúde	14.699.345	15.737.689
Total das Receitas Operacionais	65.299.900	64.000.947
Subvenções estaduais - pessoal cedido	6.893.957	7.145.023
Subvenções federais / ministério da saúde	0	547.122
Total das Subvenções	6.893.957	7.692.145
Doações em Dinheiro	14.390	16.173
Doações em Materiais	516.218	7.354
Doações em Medicamentos	111.700	-
Total das Doações	642.308	23.527
Glosas de pacientes particulares e convênios	(1.907.238)	(1.082.090)
Repasse médico	(1.091.602)	0
Deduções SUS	(1.700.486)	0
Total das Deduções	(4.699.325)	(1.082.090)

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

15. Custo dos serviços prestados

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos com pessoal	21.500.846	18.797.663
Custos com pessoal - pessoal cedido	6.561.356	6.773.444
Serviços médicos pessoa jurídica	9.085.637	8.879.067
Outros serviços prestados por terceiros	1.429.776	1.660.723
Medicamentos	3.227.256	3.997.213
Materiais hospitalares	3.356.016	3.139.039
Órteses e próteses	6.433.994	9.452.388
Gêneros alimentícios	1.365.086	1.237.693
Materiais de Copa e Cozinha	911.794	2.003.345
Material de Higienização e Zeladoria	811.496	787.592
Outros gastos de manutenção hospitalar	2.055.472	594.962
Energia elétrica	1.171.020	1.253.711
Depreciação	1.652.066	1.555.170
Outros custos gerais hospitalares	712.284	780.569
	<u>60.274.099</u>	<u>60.912.579</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com pessoal	3.351.196	3.090.175
Serviços prestados por terceiros	1.185.431	1.050.115
Despesas com veículos	275.901	291.908
Provisão para contingências	515.016	1.084.528
Material para uso da informática	240.110	291.288
Manutenção de software	225.478	212.929
Material de Consumo	593.518	235.902
Outros Gastos Gerais Administrativos	1.200.601	765.112
	<u>7.587.251</u>	<u>7.021.957</u>

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

17. Imunidade tributária

A Casa de Caridade Dom Orione é declarada de Utilidade Pública Federal, conforme publicado no DOU de 25 de outubro de 1978. É caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde, conforme Portaria SAS/MS Nº. 0122, publicada no DOU em 15 de fevereiro de 2013, cujo certificado possuía prazo de validade até 31 de dezembro de 2012. A Entidade protocolou, em 26 de junho de 2012, o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde referente ao triênio 2013/2015 sob o Nº. 25000.133188/2012-44. Em 09 de janeiro de 2015, foi efetuado o pedido de renovação referente ao triênio 2016/2018, sob número 25000.001255/2015-13. Conforme o artigo 8º. do Decreto Nº. 8.242, de 23 de maio de 2014 esses protocolos servem como prova de certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente.

O Ministério da Saúde julgou o processo nº 25000.133188/2012-44/MS em conforme portaria 1.826 de 6 de dezembro de 2016, considerando em seu parecer técnico concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Portaria nº 834/GM/MS, de 26 de abril de 2016; do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014 e da Lei nº 12.101 de 27, de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, indeferindo o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde da Casa de Caridade Dom Orione, CNPJ nº 01.368.232/0001-60, com sede em Araguaína (TO).

No entanto, em 23 de dezembro de 2016 foi protocolado pela Casa de Caridade Dom Orione ofício nº 228/2016 ao Ministério da Saúde, ressaltando que a entidade embora tenha informado que realizou internações hospitalares e atendimentos/procedimentos ambulatorial para usuários que não utilizam SUS, esses não foram processados via CIHA, mesmo tendo enviado para o Gestor Estadual todas as informações, este não as processou no CIHA. Tudo comprovado via documentações pediu-se revisão da decisão.

Em face da imunidade tributária a Entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos e contribuições, conforme abaixo demonstrado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
INSS	6.251.331	5.398.645
Imposto de Renda	996.970	708.458
Contribuição Social	512.360	263.685
ISSQN	948.815	1.258.377
COFINS	1.423.223	1.905.277
	<u>10.132.698</u>	<u>9.534.442</u>

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

A Casa de Caridade Dom Orione efetuou em 2016 os seguintes atendimentos ao SUS – Sistema Único de Saúde:

Descrição	2015		2016	
	Intenação	Diarias	Intenação	Diarias
SUS	8.061	32.674	7983	31.814
NÃO SUS	4691	14.899	4958	16.372
TOTAL	12.752	47.573	12.941	48.186
% SUS	63%	69%	61,70%	66%
% NÃO SUS	37%	31%	38,30%	34%
% META	60%		60%	

18. Instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

19. Seguros - não auditado

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro 2015 (Em Reais)

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	30.000.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	tabela fipe
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	300.000
Lucros cessantes	Não realização de "lucros" decorrentes de danos materiais	977.683
		<u>31.277.683</u>